

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSFCLASS. : 1 - 1981DATA : 18 07 80PG. : A-10

Funai quer Cr\$ 150 mi para atender ianomami

OLYMPIO BARBANTI JR.

Da Reportagem Local

O governo vai pedir ao Congresso Nacional a liberação de Cr\$ 150 milhões como verba suplementar para ser empregado na retirada dos garimpeiros da reserva ianomami, em Roraima. A solicitação de verba foi feita pelo Ministério da Justiça ao da Economia, que deverá elaborar projeto de lei de crédito suplementar a ser apresentado à Câmara dos Deputados no mês de agosto. O início da operação de retirada dos garimpeiros da área indígena fica condicionado à aprovação da verba, disse Nilson Campos Machado, 42, coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) na "Operação Ianomami".

A definição do montante necessário à operação foi feita em conjunto pela Funai, Polícia Federal (PF) e Ministério da Justiça. Do total, Cr\$ 26 milhões destinam-se a ações emergenciais de saúde. Nos próximos meses, um novo pedido de verba será feito para a implantação de um programa de saúde permanente aos índios, a ser elaborado pela Funai, secretarias de Saúde de Roraima e Amazonas, universidades e organizações não-governamentais. Faz parte dele a recuperação das áreas degradadas, como poças d'água criadas em áreas de garimpo, que servem como focos para o protozoário responsável pela malária.

No plano para retirada dos

PF voltará a explodir pistas

Da Sucursal de Brasília

A Procuradoria Geral da República decidiu esperar até o final da semana para encaminhar petição à Justiça solicitando a ação das Forças Armadas nas áreas dos índios ianomami, em Roraima. A Procuradoria espera que o governo anuncie medidas para controlar a invasão de garimpeiros na região. Espera-se a revogação dos decretos do governo Sarney que criaram as reservas garimpeiras. A Polícia Federal decidiu reiniciar a explosão de pistas de pouso clandestinas em agosto.

garimpeiros inclui-se a possibilidade de emprego das Forças Armadas. A maior parte das ações previstas já foram divulgadas ou representam a continuidade das iniciadas em janeiro.

As novidades são: 1- estabelecer controle fiscal sobre o comércio de ouro, que já é previsto em lei; 2- estudar alternativas para minimizar o fluxo migratório para a área indígena, possivelmente criando outros pólos de atração em Roraima; 3- levantar as condições de presença de estrangeiros dentro da área indígena. Atualmente, diversos missionários estrangeiros atuam na região.